



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

"OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ"

1. INTRODUÇÃO

A ação de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes no projeto, conforme plantas, e o constituem, além das prescrições contidas neste memorial, e demais documentos integrantes do contrato.

Os detalhes constantes dos desenhos e não mencionados neste (Estudo Técnico Preliminar) assim como os detalhes aqui mencionados e não constantes dos desenhos, serão interpretados como fazendo parte integrante do projeto.

Caso haja a impossibilidade de execução de qualquer tipo de serviço aqui proposto, o mesmo deverá ser prontamente comunicado aos órgãos responsáveis.

1.2 Instrumentos de planejamento

O objeto do presente documento consta na previsão orçamentária da Secretaria Nacional Proteção e Defesa Civil.

1.3 Resultados pretendidos do atendimento da demanda

Solicitação: "OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ"

Necessidade: Constratação de empresa para implantação e execução da instalação do projeto de combate a incêndio e pânico da igreja católica de nossa senhora do amparo – Barra Mansa/rj

Resultado Esperado: O presente projeto visa proporcionar uma consciência efetiva acerca da preservação da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, visto que o imóvel é um dos monumentos de destaque no conjunto arquitetônico do Município de Barra Mansa/RJ.

1.4 OBJETO CONTRATADO

"OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ"

2. ANÁLISE DO CENÁRIO

Foi realizada criteriosa análise da região, para visualização da situação e levantamento de quantitativo.



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



Etapas do Levantamento

Adotou-se o seguinte roteiro para execução da caracterização e diagnóstico:

I. Coleta de Dados

Os dados foram gerados a partir de levantamento visual e análise de mapas:

- Análise visual do local;
- Comparação e levantamento através de visita, fotos e mapas;
- Marcação do Empreendimento;

Análise

2.1 Levantamentos de soluções

Considerando-se que o prazo médio para a execução dos serviços de engenharia voltados para a especificação de soluções para:

“OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ”

Especificação e quantificação

MEDIDAS PERTINENTES À CONSERVAÇÃO PREVENTIVA A ADOTAR	
Serviço	Descrição
Reforma	“OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ”

2.2 Institucional e legal

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado. Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

2.3 Estimativas de preços das possíveis soluções

Serão conforme orçamento elaborado por esta Central de Projetos. Os preços de referência são da tabela SINAPI, SCO ou EMOP de Outubro/2023. Valores supracitados incluem BDI, já que o cálculo do mesmo é de responsabilidade do técnico orçamentista designado pela SMPU.

2.4 Conclusão da análise de cenário

Visto as hipóteses disponíveis no mercado, a contratação de empresa executora conforme característica presente neste estudo mostra-se a mais adequada no presente momento, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, vantajosidade, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado e disponibilidade de recursos do órgão.

3. SOLUÇÃO

3.1. Definição sucinta do objeto

“OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ”

3.2. Definição da natureza do Bem/Serviço

O objeto é de natureza comum, de escopo próprio, pois tem **um padrão de desempenho e qualidade objetivamente definido resultando em especificações usuais de mercado para manutenção, adequação e aprimoramento do pavimento.**

4. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Forma de execução da contratação

A realização da licitação para a contratação dos serviços para execução de:

“OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA MANSA/RJ”

na modalidade CONCORRÊNCIA decorre do fato da necessidade urgente da Administração de contratação destas obras que influem diretamente na segurança dos usuários e cujas características enquadram-se nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema modal.

Quanto à contratação de terceiros para execução dos serviços ora a serem licitados cumpre informar que se trata da execução de serviços, para os quais a PMBM não dispõe de suficiente quadro de profissionais e equipamentos para execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada.



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



Frisa-se que os serviços a serem contratados enquadram-se da descrição da Lei nº 14.133/21, por serem passíveis de quantificação, segundo práticas e especificações técnicas correntes, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos.

A aferição, realizada pela Comissão de Fiscalização mensalmente, será por serviço efetivamente executado conforme planilha orçamentária.

4.2 Informações contratuais

4.2.1 Duração do contrato

O prazo para a execução dos serviços é de 06 (seis) meses a partir da emissão da ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado observando o limite previsto no art. 6, XVII, da Lei nº 14.133/21.

4.2.2 Reajustamento de preços

Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Após esse interregno, se o contrato permanecer vigente, poderá a empresa CONTRATADA fazer jus ao reajuste. Para tanto, poderão ser utilizados os índices de reajustamento da SINAPI/SCO/EMOP - RJ

4.2.3 Garantia

Exigir-se-á da CONTRATADA, no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato, para a prestação da garantia a ser apresentada na modalidade prevista no inciso II do § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, da ordem de 5% (cinco) do valor inicial do contrato.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, art. 100 da Lei nº 14.133/21.

Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia, art. 101 da



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



Lei nº 14.133/21.

Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições, conforme no parágrafo único do art. 102 da Lei nº 14.133/21:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

4.3 Seleção do fornecedor

4.3.1 Forma de seleção

A presente contratação se dará por procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA.

4.3.2 Regime de contratação

A licitação será realizada pelo regime de licitações e contratos da Administração Pública por empreitada por preço unitário, nos termos da lei 14.133/21.

4.3.3 Âmbito da licitação

A licitação terá âmbito nacional.

4.3.4 Qualificação técnica

Declaração, de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Capacidade técnica operacional ou empresarial:

Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e(ou) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa.

Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA e(ou) CAU, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante. Considerando-se a parcela de maior relevância: Conforme especificada em planilha orçamentária.

Caso sua comprovação técnica operacional seja feita através de atestado do responsável técnico, deve demonstrar que a licitante, pessoa jurídica, executou/prestou o serviço/obra, caso contrário somente comprova a capacidade técnica profissional.

Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



o objeto da licitação.

Capacidade técnica profissional:

Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e (ou) Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU, da região da sede da empresa.

Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA e (ou) CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas: Conforme especificada em planilha orçamentária.

O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados;

No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação (Comissão de Contratação) e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da entrega dos bens, agendada conforme informações disponibilizadas no edital e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Informações sobre datas e horários da realização de cada Visita Técnica serão disponibilizadas às empresas por meio do e-mail informado no ato da retirada do Edital ou em mensagem eletrônica enviada para o e-mail edital@barramansa.rj.gov.br.

Declaração assinada pelo responsável legal da empresa que indique pessoal técnico, das



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Os profissionais indicados pela licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.3.5 Amostra ou Protótipo

O objeto deste estudo não requer o fornecimento de amostra ou protótipo.

5. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

5.1 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, visto que o objeto contratual, desenvolvido por meio de cooperação técnica, contempla a satisfação total do contrato.

5.2 Capacitação de pessoal

Não há necessidade de capacitação de pessoal, somente a comprovação da empresa de possuir, em seu corpo técnico ou contratado para a prestação dos serviços, na data de apresentação das propostas, profissional (is), inscrito(s) pelo CREA ou pelo CAU, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria empresa (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) ao objeto em referência.

Os profissionais indicados pela empresa, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar do serviço admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

- Não será aceito atestado de serviço/obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento.
- Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL ou de SUBCONTRATADA.
- Não será aceito atestado de fiscalização ou coordenação de obras e serviços.

Toda a documentação que comprove a aptidão da empresa e a qualificação do corpo técnico, exigidas neste item, deverá ser entregue juntamente com a habilitação, sob pena de desclassificação da proposta.

5.3 Proposta de cronograma de atividades e seus responsáveis

Se aplica cronograma em virtude da necessidade do objeto “OBRA DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DA IGREJA CATÓLICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO – BARRA



Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



MANSARJ", conforme anexo da planilha orçamentária.

5.4 Servidores que participarão da fiscalização do contrato a ser celebrado

Os servidores serão nomeados conforme disponibilidade pela SMPU, antes da ordem de início do contrato.

6. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Memorial Descritivo de obra e demonstrou ser viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade, demonstrado assim a viabilidade da contratação pretendida.

Nome: Abimar Cavalcante Da Cunha

Arquiteto

CAU BR A9673-3

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Ratifico,

Nome: Eros dos Santos

Cargo: Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Mat.: 17.446